

Pactu

ANO VIII - Nº 094
JULHO 2005

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

CNB CUT BRASIL fetec/PR

Conferências e Encontros dão início à Campanha 2005



Paulo Lima

Páginas 4 e 5

População
vai decidir
sobre o
desarmamento

Página 2

STF dá novo
parecer
sobre filas
nos bancos

Página 3

MARINHO:
prioridade
para o salário
mínimo

Página 7

Conselhos Municipais

Por que é
importante
participar?



Joel Guedes

Página 8

O povo decide sobre desarmamento

Você é a favor ou contra qualquer cidadão possuir e portar arma para a sua defesa pessoal e da sua família? A resposta poderá ser dada num referendo - que deve ser realizado no dia 23 de outubro deste ano - que vai consultar os brasileiros sobre o assunto. O projeto do referendo já foi promulgado pelo Senado e transfere para a sociedade a decisão sobre a proibição de venda de armas no país.

As estatísticas mostram que somente entre os anos 1979 e 2003, um total de 550 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo no Brasil. Desses, 206 mil eram jovens entre 15 e 24 anos. Especialistas em segurança pública garantem que a retirada das armas das pessoas pode evitar os homicídios que são cometidos por casualidade (como o homicídio passional, o homicídio do campo de futebol, a briga de trânsito, a briga entre marido e mulher, entre outros exemplos). Outros acreditam que não basta apenas desarmar a população, mas, principalmente, combater a criminalidade, que é crescente no país. Para o Pactu, é muito importante a realização do plebiscito, pois dá à população a oportunidade de decidir sobre

ARGUMENTOS FORTES

* **73% das armas de fogo apreendidas na criminalidade, já foram legais um dia**

* **88% dos homicídios no Brasil são decorrentes de armas de fogo**

Fonte: ONG Viva Rio, Ministério da Justiça e Unesco

esse assunto polêmico. Até hoje, na história da democracia brasileira, houve apenas dois referendos populares, um em 1963 e outro em 1993, ambos sobre a forma de governo. Bom seria se o povo fosse consultado mais vezes sobre os assuntos de grande interesse nacional. O Pactu avalia ainda que a realização desse plebiscito é uma ótima oportunidade para que a população vote pelo fim da comercialização de armas-de-fogo. Se a maioria votar sim, a proibição começa a valer no mesmo dia em que a Justiça divulgar o resultado da votação.

Trabalho do Dieese analisa remuneração do bancário

A subseção da CNB/CUT divulgou um trabalho elaborado pelo economista Murilo Barella, onde é abordada a remuneração bancária, desde seus conceitos, a composição e o orçamento familiar para as várias faixas de renda onde está inserida a categoria bancária. Na primeira etapa o trabalho, Barella destaca a composição da remuneração, que de forma geral, é composta pelo salário contratual mensal, salário indireto (tíquete, por exemplo), variável (como a PLR) e esporádica (como a hora-extra). "O objetivo de desmembrar a remuneração é mostrar como é composto o salário e mais, mostrar que por trás do salário direto existem outras instituições que trazem algo mais para a sociedade, como o caso do FGTS", destacou. Ao abordar a remuneração desta forma, o técnico reforça o que os sindicatos vêm há tempos denunciando: que a política de abono praticada pelos bancos nos últimos anos está prejudicando não somente os ganhos dos bancários, mas esvazia o que ele chama de proteção social, ou seja, o FGTS e o INSS.

PERDAS - Em alguns momentos, por conta da política de abono, os bancários

deixaram de recompor totalmente a inflação do período. O reflexo é evidente não somente nos mecanismos de proteção social, como FGTS, INSS (déficit previdenciário), mas o prejuízo também é individual, como o exemplo citado no estudo: um salário de 1.000,00 em agosto de 2001. No acordo da época, ele recebeu um reajuste de 5,5%, quando o INPC apurado no período foi de 7,31%. A diferença foi de R\$ 18,10 (= R\$ 1.073,10 - R\$ 1.055,00). Se considerarmos apenas o reflexo disto no 13º, FGTS e nas férias, ignorando horas-extras, INSS, descanso semanal remunerado e outras instituições ligadas ao salário, este salário deixou de incorporar R\$ 260,16 naquele ano. Seguindo este raciocínio, no próximo acordo, este salário alcançaria o valor de R\$ 1.171,40 se recuperasse inteiramente as perdas inflacionárias, mas como a correção foi de 7%, abaixo da inflação, houve uma perda de R\$ 611,53. Finalmente, se a inflação fosse reposta no acordo 03/04, os bancários desta faixa salarial perceberiam R\$ 1.376,39 e não os R\$ 1.271,09 impostos pela FENABAN.

Bons sinais de mudança

Em meio a tantos fatos que, nos últimos dias, têm desagradado os brasileiros honestos, uma notícia boa: donas de casa e os movimentos de mulheres em todo o Brasil estão comemorando, e com muito mérito, uma conquista importante. Uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) aprovada pelo Senado Federal, garante a todas as donas de casa brasileiras sem aposentadoria em regime especial, renda própria ou de baixa renda, com o benefício de um salário mínimo. Com essa medida, o governo federal corrige um grande erro até então existente no sistema previdenciário brasileiro, que excluía essas trabalhadoras do direito à aposentadoria. O Pactu, que historicamente defendeu as lutas das minorias e a igualdade de oportunidades, vê essa conquista como um avanço na democratização da previdência. Ao lado de outras iniciativas não menos importantes, como a criação do Estatuto do Idoso e da garantia de direitos às empregadas domésticas, está aí mais um bom sinal de mudança.

Bradesco

Funcionários conquistam isenção de tarifas

Depois de muitos anos de luta, os funcionários do Bradesco finalmente conquistaram a isenção de tarifas para a quase totalidade dos serviços. A medida atinge 60 mil bancários da instituição e 13 mil do conglomerado. A direção do Bradesco informou que os bancários não pagarão mais a tarifa de manutenção de conta corrente (6,90), não terão mais limite de saque e transferência no auto-atendimento (até então era cobrado 1,00 a partir da sexta transação), ficam isentos da tarifa de operação

de cheque especial (18,00 a cada três meses), isentos do pagamento de tarifas pelo talão de cheques, sendo isenção total e ficam isentos também da tarifas de acesso ao fone fácil com atendimento pessoal (1,00 a cada acesso).

Em relação à reivindicação de uma taxa de juros que não ultrapassasse 2% para os funcionários, o banco alegou que já pratica acordo firmado com a CUT com índices que variam entre 1,75% e 2,30% para seus empregados. Só não houve recuo do banco da cobrança

de taxa de cadastro para empréstimo consignado, que hoje é de 25,00. O presidente da CNB/CUT, Wagner Freitas, destaca que esta é uma conquista histórica. "A isenção de tarifas sempre constava nas nossas pautas e foi objeto de luta de muitos anos. Agora o Bradesco se verga a este direito dos trabalhadores. Esperamos que esta medida impulse os funcionários para outras lutas no banco como o fim das metas e do assédio moral e a mobilização pelo auxílio-educação e por aumento salarial", destacou.

Pactu

Publicação dos Sindicatos do Pactu

CONSELHO EDITORIAL

PARANAÍ

Neil E. Júnior/fone (44) 3423-3402
bancariospvai@hotmail.com

CAMPO MOURÃO

Nivaldo Simoni/fone (44) 3523-3492
seebcmcut@uol.com.br

TOLEDO

Lucia B. Vogt/fone (45) 3252-1851
sbtr1@brturbo.com

UMUARAMA-ASSIS

CHATEAUBRIAND
Wilson de Souza/fone (44) 3622-1979
seebumu@adsturbo.com

GUARAPUAVA

Eloi Myska (42) 3623-1371
seebgpva@brturbo.com.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes
Tiragem - 2.800 exemplares

FILA EM BANCOS: Vereadores decidem, diz STF

O Supremo acaba de tomar uma decisão de extrema importância para a vida das centenas de milhares de pessoas que todos os dias freqüentam as agências bancárias de Norte a Sul do país. Os municípios, isto é, suas Câmaras de Vereadores, têm competência para editar leis sobre o tempo de espera para atendimento em agências bancárias. Com base na Constituição Federal, a decisão foi tomada pe-

los ministros da 1ª Turma do STF ao julgar um recurso apresentado pelo Procon de Criciúma (SC). O recurso contestava uma decisão judicial que favorecia o Banco do Brasil.

O STF considerou conceitos como "dignidade" e "respeito à pessoa"

O banco recorreu ao Judiciário com o argumento de que, ao editar lei sobre o funcionamento das agências, o município extrapolara suas atribuições. Na realidade, o que está em jogo é uma antiga polêmica que coloca frente

a frente o Código de Defesa do Consumidor e as normas que regem o sistema bancário, de competência do Banco Central. Os ministros sublinharam que ao Banco Central cabe determinar o horário de funcionamento dos bancos, não sendo de sua competência determinar o tempo de espera na fila de atendimento. O relator, ministro Eros Grau, deixou muito claro que levou em consideração conceitos como "preservação da dignidade" e "respeito à pessoa".



Ministro Eros Grau, autor do parecer

JURISPRUDÊNCIA

Esse caso deve servir como parâmetro para decisões de primeira instância em outros municípios do país, já que se formou uma jurisprudência em torno da questão. Leis fixando o tempo de espera na fila de atendimento bancário já existem em muitos municípios. Na base do Pactu, Umuarama é um dos municípios que têm legislação regulamentando o tempo de espera nas filas. A lei é de 1998

e diz que o tempo de espera não pode ultrapassar os 30 minutos em dias normais e 45 minutos às vésperas e após feriados prolongados. Sancionada pelo prefeito da época, a lei não vigorou até hoje. O Procon informou que já tomou conhecimento do parecer do STF e que vai propor a discussão do assunto com o Sindicato dos Bancários, o Ministério Público e os bancos. A Assembleia Legislativa do Paraná também aprovou uma lei estadual que determina que o cliente ou usuário de bancos não pode esperar mais do que 30 minutos na fila, mas, igualmente, a lei é descumprida pelos bancos. O STF foi bem claro no seu parecer: o cliente de banco tem o direito a um atendimento rápido e digno. E os bancos, cada vez mais informatizados e com lucros cada vez maiores, não podem ignorar que têm o dever de respeitar a legislação. Também para o cliente 'tempo é dinheiro'.

Congresso da DDVT-APLER



A reestruturação da ADVT-APLER apia a defesa dos trabalhadores lesionados no Paraná

Reunidos em Curitiba em junho último, trabalhadores de todo o Paraná aprovaram a reestruturação da Associação de Defesa da Saúde do Trabalhador - ADVT-APLER, que passa a ter papel preponderante na defesa dos trabalhadores vítimas de doenças adquiridas no trabalho. Neste primeiro Congresso Estadual da ADVT-APLER, além de aprovarem a criação da enti-

dade e eleger o seu Conselho Diretivo, os participantes deliberaram sobre a estratégia de ação conjunta entre as APLER (Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos e de Doenças Ocupacionais).

Também discutiram regimento interno e fizeram trabalhos de grupo sobre a estrutura da ADVT-APLER, plano de ação e padronização dos procedimentos em

nível estadual. Segundo o presidente da APLER-Umuarama, Luiz Carlos Fernandes "a reestruturação ADVT-APLER possibilita, em todo o Paraná, um trabalho mais amplo de defesa dos trabalhadores vítimas de LER e outras doenças ocupacionais".

Ainda conforme Luiz Fernandes, "a entidade busca a parceria com os sindicatos para atender os trabalhadores de maneira equitativa e qualificada".

Na base do Pactu já foram criadas, e estão funcionando, as APLER de Umuarama, Campo Mourão e Toledo, que também estão representadas no Conselho Diretivo estadual através de Goreth Modesto Ramos, Mirna Loi Labre e Izabel Cristina Gregório, respectivamente. Os suplentes são, pela mesma ordem, Luiz Carlos Fernandes, Antonio Reginaldo Vieira e Maristela Fagundes Cordeiro Fontana. Em Guarapuava APLER está em processo inicial de formação.

Evento relembra greve histórica e defende soberania nacional

O debate "10 anos da greve petroleira - Luta operária na onda neoliberal", realizado em Curitiba, no último dia 13, resgatou o histórico movimento dos trabalhadores do setor em 1995. "A greve aconteceu com o Fernando Henrique, então ministro do Itamar, que tinha como estratégia ser eleito com seu projeto neoliberal. O objetivo dele era claro: destruir as empresas estratégicas e estáveis", afirmou Antonio Carlos Spis, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP) em 1995, secretário de Comunicação da CUT Nacional e membro da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

Spis lembrou a solidariedade da população com a categoria: "Recebemos de tudo, de contribuições mais humildes até tiquete refeição, todas vinham com uma carta apoiando e elogiando os petroleiros". A greve foi resultado de três acordos não cumpridos, o que aumentou a indignação e unificou ainda mais os trabalhadores. "Andávamos no peito com o adesivo: Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo!", conta.

Estamos em campanha

Assim como em todo o Brasil, no Pactu os Sindicatos organizam a participação dos bancários na campanha. Já aconteceram reuniões em locais de trabalho e assembléias regionais discutindo e deliberando sobre os principais temas da campanha. Todos os Sindicatos do Pactu fizeram discussões para levar os bancários da região à Conferência Estadual. A CNB, sensível à grande participação da categoria nas campanhas passadas, orientou que as conferências estaduais tivessem 30% de bancários de base e, no total dos delegados tivesse também 30% de gênero (homem ou mulher). Essas orientações foram de grande acerto, pois obrigaram as direções sindicais a mobilizarem de maneira mais democrática, além do fato de que na Conferência Estadual, realizada nos dias 9 e 10 de julho houve boa participação dos bancários da base tanto nos trabalhos em grupos como no resultado final da plenária.



Wilson de Souza

UMUARAMA - Assembléia Geral com participação de bancários dos bancos públicos e privados, debateu as mobilizações e os resultados das campanhas de 2003 e 2004.



Seeb Guarapuava

GUARAPUAVA - O Sindicato dos Bancários realizou reuniões para discutir a campanha salarial e ajudar na preparação da Conferência Estadual. As reuniões aconteceram no dia 24 de junho, na CEF e Banco do Brasil. Tiveram a participação dos dirigentes sindicais Paulino e Juraci (BB e Itaú de Umuarama) e Fermindo da CEE da Caixa e também do Seeb Curitiba.

Conferência Estadual



Wilson de Souza

Participaram 200 delegados de todo o Estado, que se debruçaram em trabalhos de grupos e em plenárias, discutindo temas e aprovando propostas em saúde e segurança do trabalhador bancário, terceirização dos serviços bancários, horário especial de atendimento e, principalmente, índice de reposição e aumento real. Sobre o último item, foi aprovada proposta de reajuste com base no ICV/Dieese, mais 5% de aumento real, resultado de uma pesquisa feita pelo Seeb Curitiba. Posteriormente, os Encontros Nacionais aprovaram como índice o ICV mais 5,75% revelando a sintonia do movimento. Destaque ainda para a proposta que os paranaenses vão levar à Conferência Nacional, em 30 e 31/07, de que o tema saúde do trabalhador seja um dos eixos da campanha 2005.

Wilson de Souza

TRABALHOS DE GRUPO

A Fetec-PR organizou nesta Conferência Estadual os trabalhos de grupos por bancos: Caixa, BB, Privados e HSBC - este último, dado à sua importância no contexto bancário e econômico no Paraná. Todos eles discutiram temas gerais da Campanha e temas específicos de cada banco, como metas, planos de cargos e salários e previdenciários, planos de saúde, entre outros.



9 7 2005

Bancários aprovam índice de 11,77%

O 1º Encontro de Bancos Privados, realizado em São Paulo, teve 249 participantes. Aprovaram as principais estratégias, eixos e reivindicações para a campanha salarial deste ano e o índice de reajuste a ser apresentado como propostas na 7ª Conferência Nacional: 11,77%, que formam a projeção de ICV Dieese de 5,69% referente ao período de setembro de 2004 a agosto de 2005, mais aumento real de 5,75%.

Aprovaram como estratégia, mais emprego, salário, condições de trabalho e mesa única para as negociações. Sobre negociações específicas em bancos privados, aprovaram que elas devem ocorrer somente após o fechamento da campanha nacional.

Também nesse encontro houve uma mudança substancial na relação à composição da Executiva Nacional dos Bancários, e também a nomenclatura. A partir de agora passa a ser chamada de COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. E acrescenta a participação dos dez maiores sindicatos de bancários do país. Antes era só a CNB-CUT e as federações filiadas à CUT. Com a nova composição a Fetec-PR e o Sindicato dos Bancários de Curitiba farão parte do COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS.

Para Neil Emídio Junior, diretor do Pactu em Paranavai que participou do Encontro, "o evento se revestiu de grande importância, considerando principalmente que houve uma expressiva participação dos bancários de base e não apenas dirigentes sindicais, o que deu mais legitimidade às decisões".

Jaílton Garcia



BASE PRESENTE

O encontro se destacou pela expressiva participação de bancários da base

21º Conecef aprova Campanha Unificada

Os 279 delegados participantes do 21º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa – Conecef – aprovaram o que segue:

- * Campanha Nacional dos Bancários Unificada sem apresentação de pauta específica.
- * Os Grupos de Trabalho (GTs) serão mantidos, como RH 008, PCS/PCC, Saúde, PSI, segurança, Sipun, aposentados e outros.
- * Índice: 11,77% - o mesmo aprovado pelo Encontro Nacional de Bancos Privados (ver matéria nesta página).
- * Foi deliberado que a direção do movimento dos bancários da Caixa deverá continuar sob comando da Executiva Nacional dos Bancários, com uma nova formulação (ver matéria sobre Encontro dos Bancos Privados).

De acordo com o bancário da Caixa e diretor do Pactu em Toledo, Zelário Bremm, este ano o evento se diferenciou pela "participação ampla dos bancários da Caixa". Ele lembrou a presença "de muita gente nova" e a "boa participação nos grupos de trabalho". Já Marcelo Montanha, funcionário da Caixa e diretor do Pactu em Umuarama "o evento foi importante porque explicitou as diferentes opiniões sobre a condução do movimento por todo o Brasil".

16º Congresso dos Funcionários do BB

Esse Congresso foi realizado em São Paulo e reuniu 300 delegados bancários do BB. Depois de muita discussão, deliberaram o que segue:

- * Campanha Salarial novamente unificada.
- * Índice de 11,77%
- * Outros índices (PLR, auxílio-creche, vale-alimentação e vale-refeição) serão definidos na Conferência Nacional dos Bancários, já que os funcionários do BB optaram pela mesa única de negociações.
- * Questões específicas: manutenção da mesa de negociações permanentes.
- * Reivindicações específicas: novo modelo de Plano de Cargos e Salários e de Cargos Comissionados (PCS/PCC), isonomia entre novos e antigos funcionários e questões relativas à saúde (Cassi) e previdência (Previ).

Segundo Paulino Alves de Almeida, funcionário do BB e diretor do Pactu em Umuarama, o Congresso foi marcado por alguns pontos positivos. Citou, por exemplo, que "quase 50% dos participantes eram novos funcionários, o que não se via há muito tempo". Paulino também destacou que, por ampla maioria, o Congresso decidiu pela continuidade da Campanha Nacional Unificada.

Inclusão social:

Ainda temos que avançar muito

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2003, cerca de 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda equivalente à renda dos 50% mais pobres. O Brasil está na frente só de Serra Leoa no ranking da desigualdade social.

Os dados são estarrecedores e indicam que o Brasil ainda está longe, muito longe, de ser um país socialmente justo. Apenas 1% dos brasileiros mais ricos (1,7 milhão de pessoas) detém uma renda equivalente à renda dos 50% mais pobres (86,5 milhões).

Esse dado ilustra bem a situação da desigualdade social que cerca o país, que, apesar de alguns avanços nos últimos anos, continua ostentando o nada honroso título de uma das nações mais desiguais e injustas socialmente do planeta. Segundo estudo divulgado no início de julho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil, em uma lista de 130 países, perde apenas para Serra Leoa, na África, no item distribuição de renda.

O Radar Social elaborado pelo IPEA mostra que, para avançar no combate à desigualdade, o Brasil precisa alcançar um nível sustentado de crescimento econômico e um modelo de desenvolvimento que viabilize a inserção da população no mercado de trabalho, aliado a um conjunto de políticas públicas para atacar o atual nível de desigualdade.

O estudo considerou como pobres as pessoas que vivem com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo e como muito pobres ou indigentes as pessoas com renda de até um quarto do salário mínimo. Cerca de 21,9 milhões de brasileiros sobrevivem nestas condições.



Em algumas regiões, a população pobre não conta com estrutura mínima, como água encanada, por exemplo

■ A pobreza é maior entre a população negra. Em 2003, cerca de 44,1% dos negros viviam com uma renda inferior a meio salário mínimo. Entre os brancos, esse percentual foi de 20,5%.

■ Informalidade, o desemprego e a queda de renda média real foram apontados como os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores no país.

■ O lento ritmo de crescimento da economia brasileira nos últimos 20 anos foi apontado como o principal fator responsável pelo aumento do desemprego no país.

O que fazer?

No mesmo estudo, o IPEA apresentou algumas sugestões. Entre elas estão: aceleração da reforma agrária, ampliação da rede de proteção social, da Previdência, da assistência social, programas de transferência de renda, elevação dos padrões de educação e combate à discriminação racial e de gênero. De modo mais geral, defende uma política econômica e um modelo de desenvolvimento que combine crescimento com geração de emprego e renda. Esses caminhos, para reduzir o quadro da exclusão social no Brasil, vêm sendo apontados há muito tempo pela Central Única dos Trabalhadores e seus sindicatos. A CUT entende que apesar do setor social ter recebido uma atenção maior nos últimos dois anos, é necessário ampliar os investimentos e mudar algumas estruturas que possibilitem gerar emprego e renda. Nessa linha, uma das lutas da CUT no momento é a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. A entidade acredita que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais vai resultar, a curto prazo, na geração de mais de 1,2 milhão de empregos.

Renda média cai e desemprego aumenta

Entre 1996 e 2002, a renda média dos trabalhadores caiu de R\$ 754 para R\$ 589,90. O levantamento também mostra que o maior número de pobres do país está no meio urbano: 38,7 milhões de brasileiros, contra 15,3 milhões no campo. Por outro lado, a proporção de pobres no meio rural (57,1%) é mais que o dobro da observada no meio urbano (27%).

Mulheres e negros continuam a sofrer discriminação

O desemprego afeta mais gravemente jovens, mulheres e negros. Entre os jovens de 15 a 19 anos, a participação no mercado de trabalho caiu de 57% para 49%, no período entre 1995 e 2003. Mulheres e negros, por sua vez, continuam enfrentando o problema da discriminação.

Em 2003, as mulheres registraram uma taxa de desemprego superior à dos homens (12,7% contra 8%). Situação similar ocorreu com os negros em relação aos brancos (11,2% contra 9,1%). A discriminação também se reflete no terreno da renda. No mesmo período, os homens receberam remunerações 60% maiores que as mulheres. Na relação entre brancos e negros, os primeiros ganharam 100% mais.

Marinho: prioridade para o mínimo e redução da jornada

Duas das principais bandeiras de luta da CUT deverão ganhar força com a ida de Luiz Marinho para o Ministério do Trabalho. Ele aceitou a convocação do presidente Lula, deixou a presidência da CUT e já responde pela nova função, com duas prioridades: salário mínimo e redução de jornada.

Ao tomar posse, Marinho ressaltou que, além de trabalhar por um salário mínimo melhor, se empenhará para fortalecer um "processo contínuo de geração de emprego, de preferência qualificado" e que, para isso, pretende mobilizar o Ministério e dar combate sem trégua à



Agência Brasil

Luiz Marinho assumiu o Ministério prometendo "ajudar o país"

informalidade. "Vou trabalhar dentro do governo para implementar a proposta de redução da jornada de trabalho sem redução de salário", uma das bandeiras da CUT. Eu acredito nessa possibilidade, o Brasil está plenamente prepa-

rado para essa redução", disse. O novo ministro também colocou entre as prioridades da sua gestão no Ministério, a continuidade no combate à exploração do trabalho infantil e trabalho escravo, fortalecimento do Programa

Primeiro Emprego por meio de parceria com o empresariado e a retomada do debate, com o Congresso Nacional, em torno da reforma sindical. "Tenho a convicção de que posso acrescentar minha experiência de mais de duas décadas de negociação para contribuir na retomada do processo de crescimento da economia brasileira", salientou Marinho.

A CUT e os seus sindicatos, especialmente os do Pactu, torcem para que Marinho tenha sucesso na sua empreitada e, sobretudo, que o resultado seja uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores brasileiros.

Sindicalistas: apoio e cobranças

Cerca de 1.500 sindicalistas da CGTB, CGT, Força, CUT e independentes, realizaram manifestação de apoio ao presidente Lula, no último dia 11, no Palácio do Planalto.

Avalizaram os propósitos do presidente em apurar as denúncias de corrupção. Os Sindicalistas afirmaram que tão importante quanto pedir apuração e punição dos responsáveis pela corrupção, é o governo implementar ações que mudem a política econômica, com redução da taxa básica de juros, para gerar mais emprego e renda.

Cobram ainda uma reforma política e eleitoral democrática, aumentos reais de salário, salário mínimo digno, redução da jornada sem redução de salário e uma reforma sindical democrática. João Felício também defendeu que o governo encontre uma saída negociada para a greve dos servidores públicos federais da CUT, iniciada há mais de um mês.

Vem aí uma nova era na televisão mundial

No próximo dia 24 começam as transmissões da TV Sul. A emissora, com sede em Caracas, é uma iniciativa do presidente Hugo Chávez e conta com apoio dos governos da Argentina, Uruguai e Cuba. A programação será de combate ao neoliberalismo, com um jornalismo para desvendar os mistérios da exploração e para desmascarar a manipulação informativa da mídia capitalista. A brava história dos povos latino-americanos, com suas músicas, dança, talento e cultura, também terão espaço reservado na grade da TV Sul. Será o início de uma nova era da televisão mundial.

E o Brasil poderá receber essas imagens. Movimentos populares brasileiros querem que a TV Sul chegue ao maior número de residências possível no país. A intenção é transformar a emissora numa Rede de Comunicação Popular Libertadora. Para isso é imprescindível incorporar as emissoras de tv's comunitárias, universitárias, educativas, públicas regionais, entre outras. O sinal será transmitido gratuitamente através do satélite NSS 806. Com a instalação de um equipamento simples e relativamente de baixo custo a TV Sul poderá ser captada e retransmitida por qualquer emissora. Basta um investimento de aproximadamente R\$ 950,00 para aquisição de um receptor digital de satélite e uma antena parabólica. A TV Paraná Educativa deverá transmitir parte da programação.

O Pactu, como sempre em defesa da democracia e da cidadania, torce para o sucesso dessa e de qualquer outra iniciativa que possibilite escapar do cerco das grandes empresas de mídia que deformam e insultam a luta não só dos povos boliviano, cubano e venezuelano, mas também da população brasileira e de outros países ameaçados pelo neoliberalismo.

Para informações mais detalhadas sobre o procedimento de recepção do sinal da TV Sul, basta entrar em contato com a TV Comunitária de Brasília-DF, pelo telefone (61) 3343-2713 ou e-mail tv@tvcomunitariaf.com.br.

CAMPO MOURÃO

Sindicato em campanha de sindicalização

O Sindicato dos Bancários de Campo Mourão está em plena campanha de sindicalização. O objetivo é filiar um bom número de bancários e bancárias que, por motivo de transferências, novas contratações ou algum outro motivo ainda não estão sindicalizados. Vale lembrar que esse Sindicato tem participado ativamente das campanhas salariais da categoria e ajudado a conquistar uma série de direitos dos bancários. É importante lembrar que sempre é tempo de filiação, pois quanto maior o número de filiados, mais força a entidade terá para continuar lutando pelos interesses da categoria. Para aqueles bancários que ainda têm dúvidas, uma dica: procurem o Sindicato e conheçam a história dos muitos anos de luta dessa entidade. Fortaleça seu Sindicato. Filie-se. Maiores informações pelo fone (44) 3523-3492.

TV CUT E REPERCUTE

Um novo olhar sobre o Brasil

A CUT está produzindo dois programas jornalísticos distintos que são exibidos em duas emissoras de televisão: O TV CUT - que continua sendo exibido na REDE TV, todos os domingos, às onze da manhã e o REPERCUTE, exibido todos os sábados, às dez da noite, na TV Bandeirantes. O TV CUT é um programa de entrevistas sobre os principais temas da atualidade e cobre prioritariamente os seminários, debates e encontros promovidos pela CUT e sindicatos filiados. Já o programa REPERCUTE tem como principal característica o dinamismo e a diversidade das reportagens sobre o mundo do trabalho. **Assista!**

Sugestões de pautas ou comentários podem ser feitos por meio dos fones 3094-3821 e 3094-3820 ou pelos seguintes endereços eletrônicos: tvcut@cut.org.br e repercute@cut.org.br

Conselhos públicos: é necessário participar

Joel Guedes



Através dos Conselhos, a sociedade pode ajudar a tomar importantes decisões nas políticas públicas de vários setores

Pouca gente sabe, mas alguns setores da administração pública municipal passam por discussões e deliberações de Conselhos. Esse é o caso, por exemplo, das políticas públicas municipais de saúde (Leis Federal 8.080/90 e 8.142/90) e da criança e adolescente (Artigo 88 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente), que dão poderes aos Conselhos Municipais como órgãos que promovem, deliberam e controlam ações no âmbito do município. Além das Leis federais, todo município tem, ou deveria ter, leis municipais que regulamentem a composição desses Conselhos e seus respectivos Fundos da Saúde e da Criança e do Adolescente. Também ambos têm Promotorias Públicas na Comarca dos Municípios, que fiscalizam a implementação e o funcionamento desses Conselhos, de acordo com a lei, a paridade na composição entre governo e sociedade civil e a transparência no gerenciamento dos respectivos Fundos. Segundo Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - de Umuarama, a lei

federal que exige essa participação da sociedade civil na promoção e na deliberação de ações em políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no âmbito municipal é de 1990 e, portanto, houve tempo suficiente para todos os municípios estarem com seus conselhos e fundos funcionando de acordo com a lei. Para Wilson, tanto para criança e adolescente, como para a saúde pública, as leis são democráticas e se traduzem em instrumentos de controle das ações e do dinheiro público gasto nessas áreas. Ele avalia ainda que “para essas leis serem eficazes é necessário que a população as conheça e participe desses conselhos, exigindo paridade e promovendo políticas públicas para todos, principalmente para os mais necessitados”. Já Nivalda Sguissardi Roy, diretora do Pactu em Campo Mourão e participante ativa do Conselho Municipal de Saúde de Campo Mourão, lembra que, além dos segmentos de saúde, criança e adolescente, o Conselho da Assistência Social têm papel importante na criação de programas e na deliberação de convênios e fiscalização das entidades

filantrópicas nos municípios. Além disso, segundo ela, é nesse Conselho que cabe a deliberação e o acompanhamento das famílias carentes que recebem verbas dos Programa Bolsa Família. Por um outro lado, Neil Emídio Junior, diretor do Pactu em Paranavaí e membro dos Conselhos da Saúde e Meio Ambiente, lembra também de outros conselhos importantes, que influem nas decisões do município, como os do Trabalho, do Esporte, Meio Ambiente e da Cidade.

CONFERÊNCIAS

Todos esses conselhos, por força de lei, são obrigados a realizar conferências periodicamente. Geralmente são a cada dois anos. As conferências são fóruns onde se avaliam os programas e ações dos respectivos segmentos e se discute as carências da população. O resultado geralmente é aproveitado pelos Conselhos na criação de novos projetos e na readequação dos seus planos de ação. Em

Paranavaí, participam de conselhos municipais os diretores Neil Emídio Junior (Saúde e Meio Ambiente) e Antonio Carlos Bruno (Trabalho). Em Assis Chateaubriand Siomar Caires de Souza (Assistência Social), Aninoel Pedroso do Couto (Trabalho e Saúde) e Sonia Mara Wolff Ribeiro (Trabalho); em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi Roy e Claudinei Gomes da Silva (Saúde), Francisca Ribeiro Salvador (Trabalho), Maria do Rosário L. do Amaral (Mulher), José Pedro de Souza Cordeiro (Esporte) e Valter Adriani de Souza (Habitação); em Guarapuava, Elói Miyska (Saúde), Orlando Stanvinski (Trabalho) e João Osmar Rodrigues (Trânsito); em Toledo, Zelário Bremm e Áurio de Souza

(Trabalho) e, em Umuarama, Wilson de Souza (Criança e Adolescente), Paulino Alves de Almeida (Trabalho), Lindomar Aparecido Soares (Trabalho).

Os bancários, que formam uma categoria esclarecida, podem contribuir muito ...

MAIS PARTICIPAÇÃO

No setor bancário, a participação em conselhos tem se limitado a dirigentes sindicais. Os bancários, como categoria bem

esclarecida, podem contribuir, participando desses conselhos. Os Sindicatos do Pactu estão à disposição para auxiliá-los. Entretanto, colocamos à disposição algumas leis que regulamentam conselhos e fundos: Criança e Adolescente, Lei 8.069/90; Educação, Lei 9.394/96; Saúde, Lei 8.080/90 e 8.142/90; Habitação, Lei 10.257/01; Assistência Social, Lei 8.742/93, e Proteção ao Idoso, Lei 8.842/94 e Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

GUARAPUAVA

Sede campestre ganha novo visual

Sempre com o objetivo de procurar atender os anseios dos seus filiados, o Sindicato dos Bancários de Guarapuava está realizando melhorias na sede campestre, que está ganhando um visual bem melhor. Foram



Seeb Guarapuava

pintados o salão social, o ginásio de esportes e feitas outras benfeitorias, interna e externamente, num total aproximadamente 2.500 metros quadrados.

O campo suíço também está fechado temporariamente, para reparos. Vale lembrar que a pintura faz parte do planejamento de aplicação de recursos da reversão salarial e imposto sindical, planejamento esse definido entre a direção do Sindicato e os bancários.